



## **Potencialidades e dificuldades de acesso ao PNAE entre agricultores e Institutos Federais do Espírito Santo.**

*Potentialities and difficulties of access to PNAE between family farmers and Federal Institutes of Espírito Santo.*

NETO, Arnaldo Nickel<sup>1</sup>; CHIMALLI, Tessa; ALCANTARA, Lorena Rafaela da Rocha; COSTA, Cássia Araújo Bernardes da; SILVA, Rodrigo Rodrigues da; ELESBON, Abrahão Aledre Alden<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina, arnaldonickelneto@hotmail.com; tessa.chimalli@ifes.edu.br; lorenarafaelarocha@gmail.com; cassiabernardes05@hotmail.com; rodrigorodrigues303@gmail.com; <sup>2</sup>Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Colatina, abrahamo@ifes.edu.br.

### **Eixo temático: Campesinato e Soberania Alimentar**

**Resumo:** Este trabalho busca descrever as dificuldades e potencialidades na execução do PNAE em dois *campi* dos Institutos Federais de Educação do Espírito Santo. O estudo com caráter descritivo foi realizado através de entrevistas estruturadas a servidores dos Institutos Federais nomeados por portaria para implementar o Programa, e pesquisa documental por registros adquiridos nos próprios *campi*. Na execução do PNAE houve algumas diferenças na condução como a articulação com entidades externas o que afetou diretamente no número de inscritos nas Chamadas Públicas.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar; Agroecologia; Políticas Públicas; Alimentação Escolar.

**Keywords:** Food Safety; agroecology; Public policy; School Feeding.

### **Introdução**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) existe no Brasil desde 1979, com o compromisso de garantir o direito humano à alimentação adequada durante sua estadia na escola (ARRUDA E ALMEIDA, 2005). “A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) propõe que as políticas de estímulo ao crescimento da produção agroalimentar devam estar associadas à valorização das culturas alimentares, bem como ao enfrentamento da pobreza no campo e ao estímulo ao desenvolvimento local e regional”, de acordo com a resolução/CD/FNDE nº26 /2013.

Desde 2009 o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) determina que “trinta por cento (30%) do total de recursos repassados pelo FNDE devem ser destinados à compra de alimentos, preferencialmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar local, regional ou nacional, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas” conforme a Lei nº. 11.947/2009.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2018) diz que, “de acordo com o último Censo Agropecuário, a agricultura familiar é a base da economia de 90% dos



municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do País”. Também segundo MDA (2017) “seu desenvolvimento está ligado, principalmente, à possibilidade de o agricultor conseguir aumentar a produtividade, ter acesso a canais de comercialização e a financiamentos que possam permitir investimentos na propriedade”.

Segundo Costa (2005), “a literatura evidencia uma extensa e diversificada produção científica sobre a alimentação escolar com foco nas escolas municipais e estaduais demonstrando uma lacuna nos estudos sobre este Programa nas instituições de ensino federal”.

Em função do caráter recente da legislação, análises da compra de alimentos para a alimentação escolar são relevantes, considerando a necessidade de fortalecer a agricultura familiar, de estimular a utilização de alimentos regionais (SARAIVA, 2013). Nesse sentido esse artigo busca descrever as dificuldades e potencialidades na execução do PNAE em dois *campi* dos Institutos Federais de Educação do Espírito Santo.

## **Metodologia**

Trata-se de um estudo descritivo, realizado em dois *campi* dos IFES atendidos pelo PNAE, o campus Itapina, sediado no município de Colatina e o campus Santa Teresa. Ambos os Institutos estão sediados na zona rural e ofertam cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, de Graduação e de Pós-Graduação voltada à área agrária, com grande parte dos discentes provenientes da zona rural, filhos de agricultores familiares.

As técnicas empregadas permitiram a observação direta intensiva, por meio de entrevistas estruturadas a servidores designados em implantar o Programa via Portaria interna, e também por pesquisa documental, em documentos adquiridos nos próprios *campi* e em sites institucionais.

## **Resultados e Discussão**

O estudo mostrou que os pontos iniciais de planejamento e elaboração do cardápio ocorreram em ordens distintas, como descritas abaixo:

“Quando montamos a lista de itens, foram utilizados elementos que demandamos cotidianamente em nosso refeitório e, por fim, alguns itens não eram produzidos pela agricultura familiar local até o momento.” (Entrevista no campus Itapina em 11/06/2019)

“A princípio procuramos o que a agricultura familiar na região produz e vimos o que temos no cardápio a ser feito para encontrar elementos em comum. Aqui no campus



foi nomeada uma comissão responsável por implantar o PNAE, composta entre outros profissionais, por mim e o professor da área de Agroecologia que já faz um trabalho de acompanhamento no município, trazendo o que os agricultores locais já conseguiam produzir.” (Entrevista no campus Santa Teresa em 13/06/2019)

Os entrevistados reforçam a importância de buscar referências externas já consolidadas nesse tipo de ação como, por exemplo, no IF Sul de Minas, que são referência em gestão do PNAE, conforme o relatado:

“tivemos a ajuda da Secretaria de Agricultura da Prefeitura de Santa Teresa que já tinha uma boa experiência com PNAE municipal, pegamos também o modelo de Edital implementado pelo campus Alegre do IFES que já participa dessa política há mais tempo.” (Entrevista no campus Santa Teresa em 07/06/2019).

Foram recorrentes as dificuldades na interpretação da legislação, conforme relatado: “Os IFs não têm uma legislação clara para se implantar esse Programa por trabalhar com diferentes modalidades de oferta para o ensino, como o técnico integrado ao ensino médio, o ensino subsequente, superior e de pós-graduação, além de possuir o internato que demanda números diferentes de refeições.” (Entrevista no campus Santa Teresa em 13/06/2019)

No campus Santa Teresa pode-se perceber que existia um trabalho de articulação entre os produtores locais e a escola, como nos conta o entrevistado:

“o campus montou um grupo informal de produtores rurais que tinham interesse, organizados pela Secretaria de Agricultura do município, primeiro buscamos o que os agricultores interessados e o que conseguiam produzir e depois elaboramos a Chamada. Assim não tivemos dificuldade de aplicar todo o recurso repassado pelo FNDE”. (Entrevista no campus Santa Teresa em 07/06/2019)

No campus Itapina apenas uma entidade concorreu, a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Colatina (CAF), e em Santa Teresa a seleção dos concorrentes atendeu aos critérios de prioridade estabelecidos conforme Art. 6º da Lei 11.892/2008. A presença de produtores orgânicos foi contemplada apenas pelo campus Santa Teresa, também foi relatado a dificuldade de encontrar fornecedores de fontes proteicas, carne, habilitados para a venda.

Foi considerado que os alimentos provenientes da agricultura familiar por meio do Programa sofrem menos perda no preparo das refeições, por serem mais frescos. Em ambas as instituições, o transporte dos alimentos é de responsabilidade dos fornecedores.

## **Conclusões**

Conclui-se que a participação de profissionais de assistência técnica e extensão rural em todas as etapas envolvidas na implementação do Programa dentro das



instituições contribuem positivamente no acesso dos agricultores ao Programa, na diversificação de produtos, na qualidade da alimentação escolar e no desenvolvimento local.

O campus Itapina se apresenta com potencial em explorar outros agricultores familiares locais, podendo acessar também produtos orgânicos.

### Referências bibliográficas

ARRUDA, E. E.; ALMEIDA, C. M. Merenda Escolar e consumo de mercadorias. In: V Jornada do HISTEDBR. Instituições escolares Brasileiras, História, Historiografia e práticas, 2005, Sorocaba. **Anais da V Jornada do HISTEDBR**, 2005.

BRASIL, Resolução nº 26, de 16 de junho de 2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. FNDE, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-alimentacao-escolar>>. Acesso em 10 mai. 2019.

HIRATA, Aloísa Rodrigues et al. **Manual de gestão do PNAE para a Rede Federal de Educação Profissional Científica e tecnológica**; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. -- Pouso Alegre: Ifsuldeminas, 2017. 92 p.: il. Disponível em: <<http://portal.ifsuldeminas.edu.br/portal-de-publica-coes>>. ISBN 978-85-67952-08-6

\_\_\_\_\_. **Resolução Nº 26 de 17 de Junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação escolar (PNAE). Diário Oficial da União [Internet], Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/958.pdf>> Acesso em 09 de jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Publicada no Diário Oficial da União em 16 de junho de 2009. Acesso em: 08 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892, de 29 de junho de 2008**. Que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e da outras providencias. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm)> Acesso em: 05 de junho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo**. Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo. Disponível em:

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.



<<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Acesso junho de 2019.

\_\_\_\_\_. **Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo**. Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/brasil-70-dos-alimentos-que-v%C3%A3o-%C3%A0-mesa-dos-brasileiros-s%C3%A3o-da-agricultura-familiar>>. Acesso em junho de 2019.

SARAIVA, Elisa Braga et al. **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-935, abr. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232013000400004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000400004&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 04 jul. 2019.